

ACÓRDÃO N.º10/2013

PROCESSO N.º 38/CG/2006

SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ)

2005

1. A conta de gerência do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) referente ao período de 01/01 a 31/12 de 2005, da responsabilidade dos Senhores **Benfeito Mosso Ramos e Fernando Jorge Andrade Cardoso**, na qualidade de presidente do Conselho Administrativo e secretário judicial, respectivamente, foi analisada pelos Serviços de Apoio ao Tribunal de Contas, que elaboraram o respectivo relatório, agora submetido a apreciação e que se anexa.
2. O resumo das operações financeiras do período acima referido, na óptica de fluxos de caixa, é o seguinte:

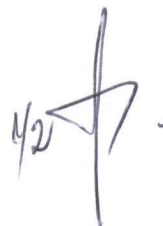
Débito	Importâncias	Crédito	Importâncias
Saldo de abertura	15.648,00		
Entrados na Gerência:	25.797.220,00	Saídos na Gerência:	25.489.065,00
Receitas Orçamentais	24.964.377,00	Despesas Orçamentais	25.489.065,00
Outras Receitas	832.843,00		
Operações de Tesouraria:	3.139.104,00	Operações de Tesouraria	3.139.104,00
Receitas do Estado	3.107.120,00	Receitas do Estado	3.107.120,00
Outras Operações de Tesouraria	31.984,00	Outras Operações de Tesouraria	31.984,00
		Saldo de encerramento	323.803,00
Total	28.951.972,00	Total	28.951.972,00

3. Os saldos de encerramento que transitam para o ano seguinte estão confirmados através das disponibilidades em bancos.
4. Por não resultar da instrução do processo factos que envolvem responsabilidades financeiras ou qualquer juízo de censura, foi dispensada a citação dos responsáveis, face ao disposto no n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei nº 47/89, de 26 de Junho.
5. Foi ouvido o Representante do Ministério Público que promoveu julgamento de quitação.
6. Foram colhidos os vistos legais dos demais Conselheiros.

Nestes termos, os Juizes Conselheiros do Tribunal de Contas, reunidos em Plenário, com a presença do Ministério Público acordam:

- a) Julgar quites para com o Tesouro Público os responsáveis da conta acima indicados, no que toca à gestão financeira, no período de 01/01 a 31/12 de 2005.

42



- b) Aprovar o saldo de encerramento da conta ora julgada no valor de 323.803\$00 (trezentos e vinte e três mil, oitocentos e três escudos).

Isento de emolumentos, nos termos do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto n.º 52/89, de 15 de Julho.

Notifique-se e cumpra-se o mais da lei.

Tribunal de Contas na Praia, 30 de Maio de 2013

Os Juizes Conselheiros,



/JOSÉ PEDRO DA COSTA DELGADO/ (Relator)



/HORÁCIO DIAS FERNANDES/ (Adjunto)



/SARA MARIA FREIRE BOAL/ (Adjunto)



/JOSÉ CARLOS DELGADO/ (Adjunto)